

# **COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA**

## **REQUERIMENTO Nº       , DE 2017**

(Da Sra. LUCIANA SANTOS)

Requer a realização de audiência pública para discutir medidas decorrentes do Painel da Organização Mundial do Comércio, relativo às disputas nº 472 e 479, que condenou políticas industriais e tecnológicas brasileiras.

Senhor Presidente:

Requeiro, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, a realização de audiência pública para discutir medidas decorrentes do Painel da Organização Mundial do Comércio (OMC), relativo às disputas nº 472 e 479, que condenou políticas industriais e tecnológicas brasileiras. O Poder Legislativo deve acompanhar atentamente esse caso, que deve impactar a estratégia nacional de desenvolvimento brasileira.

## **JUSTIFICAÇÃO**

A recente decisão de Painel da Organização Mundial do Comércio (OMC) relativo à solução de controvérsias nº 472 e 479, ao condenar sete políticas públicas brasileiras, pode representar mudança significativa na política industrial e tecnológica brasileira e pode implicar alterações importantes em nossa política nacional de desenvolvimento. Ao recorrer ao Órgão de Apelação da OMC, a posição brasileira deve ser firme, enquanto devem ser bem esclarecidas as decorrências de uma condenação definitiva das políticas nacionais.

Nesta Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, já foram realizadas duas audiências públicas sobre o tema, tratando-se especialmente da questão do setor de informática, conforme iniciativa do nobre Deputado Celso Pansera. Adicionalmente à proveitosa discussão feita anteriormente, cabe aprofundar o acompanhamento desse assunto sensível e caro a diversos setores industriais e ao progresso tecnológico nacional.

É necessário entender os argumentos para a condenação brasileira no Painel e acompanhar a formulação da estratégia brasileira no Órgão de Apelação da OMC e os possíveis cenários futuros. A conformação de jurisprudência negativa para os objetivos de desenvolvimento econômico e tecnológico pode ter impactos duradouros e perversos sobre a capacidade de implementação de políticas públicas no País.

Ainda que essa contestação de práticas internas ocorra no contexto de políticas de liberalização e abertura econômica apresentadas pelo Poder Executivo, deve o Congresso Nacional acompanhar de perto e ajudar na definição dos caminhos a serem trilhados para a revisão de programas de política industrial e tecnológica, considerando o interesse nacional, a soberania e possibilidade de instituição de instrumentos para o desenvolvimento e a mudança estrutural.

A diversificação produtiva em direção a setores tecnologicamente mais avançados, que empreguem mão de obra mais qualificada e aumentem a capacidade inovadora interna, permitindo maior competitividade no mercado mundial, é imprescindível para o desenvolvimento das nações. As experiências de desenvolvimento de países avançados e em desenvolvimento estão repletas de exemplos de utilização de medidas que eventualmente são objeto de contestação no âmbito da OMC. Especialmente, os países menos desenvolvidos precisam incentivar indústrias nascentes para disseminar crescimento e conhecimento em suas economias. Cabe buscar saber quão justa é a atual regulamentação do comércio internacional, uma vez que instrumentos importantes para o desenvolvimento industrial e tecnológico podem acabar sendo restringidos.

Para debater esse tema, é relevante trazer estudiosos em diversas áreas do conhecimento e com variadas experiências no âmbito governamental: Mariano Laplane, Presidente do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos e Professor do Instituto de Economia da Unicamp; Júlio Miragaya, Presidente do Conselho Federal de Economia; Samuel Pinheiro Guimarães, ex-Secretário-Geral do Ministério de Relações Exteriores; Celso Amorim, ex-Ministro de Relações Exteriores; Carlos Márcio Cozendey, Subsecretário-Geral de Assuntos Econômicos e Financeiros do Ministério de Relações Exteriores; Abrão Árabe Neto, Secretário de Comércio Exterior do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; Carlos Abijaodi, Diretor de Desenvolvimento Industrial da Confederação Nacional da Indústria; Humberto Barbato, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica.

Cabe ao Poder Legislativo debater e acompanhar a agenda estratégica nacional e participar da formulação de políticas públicas. Peço apoio dos nobres pares para realizarmos audiência pública qualificada sobre as medidas que devem ser avançadas pelo Brasil na busca de instrumentos soberanos e eficazes para o desenvolvimento industrial e tecnológico nacional.

Sala da Comissão, em        de        de 2017.

Deputada LUCIANA SANTOS